



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

N^{os} 52 e 53
Novembro/Dezembro – 2004

S U M Á R I O

- 2 *A crise da Bolívia e os interesses brasileiros*
Pio Penna Filho
- 4 *A proteção internacional do direitos humanos e a Reforma do Poder Judiciário no Brasil*
Aldo de Campos Costa
- 6 *A China e seu Projeto para o Século XXI – A dimensão cultural*
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 9 *Brasil: Fome Zero mundial*
Virgílio Arraes
- 12 *O Brasil, a América do Sul, e o mundo*
Janina Onuki
- 14 *Brasil e China: a mudança para a economia de mercado, e agora?*
Renato Silva Cardoso
- 16 *A questão de Taiwan e o interesse para o Brasil (II)*
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 19 *Dois anos da Política Externa de Lula*
José Flávio Sombra Saraiva
- 21 *A encruzilhada sul-americana: integração regional e inserção global*
Thiago Gehre
- 24 *Brasil e China: parceria promissora*
Virgílio Arraes

Brasil: Fome Zero mundial

Virgílio Arraes*

No Ocidente, os partidos democráticos progressistas deslocariam seu pêndulo progressivamente para o conservadorismo, a partir do último quarto de século, em decorrência de dois acontecimentos capitais: *grosso modo*, a crise da social-democracia no início da década de 70 e a derrocada do comunismo no final dos anos 80. Ressalve-se que, em cada país, houve posturas diferenciadas para a transição. Na Itália e Reino Unido, por exemplo, o processo seria compassado, de modo que seria mais debatido e, desta forma, mais transparente.

De maneira geral, a transição – com inclusão transformada em compensação – seria marcada sob o rótulo genérico da 3ª Via, cujo fator de agregação seria o credo de uma possível humanização do capitalismo, com a renúncia à elaboração de novas práticas sócio-econômicas, que revitalizassem o ideário social-democrata – e mesmo socialista – desgastado de modo variado desde os anos 70.

No Brasil, o desgaste interno da ditadura militar – com a natural abertura política – e o externo da União Soviética (URSS) – com o enregelamento político e o desenvolvimento da Doutrina Brejnev, prevista a utilização da força para preservação de sua área de influência – possibilitaria a maturação de uma proposta política progressista – Partido dos Trabalhadores (PT) amparado na classe média urbana – que granjearia, aos poucos, maior participação no novel sistema político do período formalmente democrático a partir da década de 80.

Assim, ao atingir o cume com a chegada à Presidência, aguardar-se-ia o alargamento do emprego de seu ideário sócio-econômico, que, a despeito de não encaixar em ruptura, por outro, registrava rigor crítico com relação à doutrina neoliberal executada com indisfarçável entusiasmo em

dois mandatos pela coligação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o da Frente Liberal (PFL). Mesmo sem arroubos significativos em seu programa de governo, o PT delinearía o social como eixo do desenvolvimento econômico, ao questionar os efeitos da gestão PSDB/PFL, simbolizada, a seu ver, pela acentuação do desemprego, má distribuição de renda e exacerbação das tarifas públicas, mediante a privatização.

Como contraponto, destacar-se-iam três pontos, dos quais um seria a distribuição de renda – a ser efetivada pela reforma tributária, agrária e urbana – sem descurar da recuperação do salário mínimo. Deste modo, a conseqüência seria o desenvolvimento por meio da ampliação de uma sociedade de consumo em massa. Como complemento ao aumento direto da renda, valer-se-ia de medidas compensatórias, de matiz temporário, a fim de amenizar as agruras de quase 1/3 da população ligada, de modo geral, à pobreza e miséria. Enfatizar-se-ia a todo o momento o congraçamento da política econômica com a social, de forma que o desenvolvimento ocorresse sem sobressaltos significativos e de modo duradouro. Todavia, decorrida quase a metade do mandato, nota-se o esmaecimento das diretrizes propostas ao longo da campanha.

As restrições efetivas à política econômica herdada são posológicas, isto é, relacionam-se à dosagem dos ‘remédios’ – juros altos, prioridade das metas inflacionárias, aumento do superávit fiscal, restrições a investimentos públicos (o menor desde 1984, a fim de estimular a aprovação do polêmico projeto Parcerias Público Privadas)- e, além delas, há o patente desinteresse em relação à recuperação do salário mínimo. A gestão atual e a anterior são tão próximas que Alain Touraine afirmaria que Lula estaria

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

à direita de FHC. Para ele, as possíveis diferenças seriam mais 'implícitas' que explícitas (Cf. *Jornal do Brasil*, 17 out 2004. Caderno País, p.2). Restaria, pois, ao governo reforçar políticas sociais compensatórias – principalmente por meio do programa Fome Zero, cuja principal plataforma é o Bolsa Família, união de quatro programas sociais do tempo de FHC – ao resignar-se a não alterar nenhuma das estruturas sócio-econômicas a que se propusera antes de assumir a Presidência.

Destarte, a similaridade estender-se-ia à política externa, visto que a diferença máxima entre os dois mandatos encontra-se na intensificação da retórica crítica às políticas de poder das principais potências. Para tanto, participações internacionais transformam-se no proscênio para declamações sistemáticas e gerais sobre injustiças da nova ordem internacional, sem, contudo, minuciar efetivamente seus componentes desfavoráveis para, mais adiante, propor itens que satisfizessem as especificidades e interesses da sociedade.

Em função da perduração de políticas públicas implementadas ainda no início dos anos 90 e da sua rejeição no último pleito executivo, não encontra mais ressonância o queixume já rotineiro do Presidente perante o público nacional sobre as dificuldades de administrar e desenvolver um país desigual, de forma que o encanto apenas se mantém junto a platéias internacionais, desavisadas da contradição entre a lamúria externa e a crença interna do modelo neoliberal. Para tanto, relembre-se que, na 3ª Cúpula da América Latina, Caribe e União Européia, o Presidente afirmou:

Com grandes sacrifícios, estamos empreendendo (...) a reestruturação de nossas economias. Modernizamos e tornamos mais eficiente a ação governamental (...) Mas é evidente que não basta fazer o dever de casa. Mais grave: todo o nosso sacrifício não impediu que se mantivessem inalteradas ou, pior, se agravassem as estatísticas da fome, da pobreza, do desemprego, da desesperança (*Folha de São Paulo*, 29 maio 2004. Caderno País, p.11).

Por conseqüência, não haveria discrepância entre a proposta mais ambiciosa do atual governo ao

mundo e seu projeto interno mais significativo: a aplicação do Fome Zero sem limites geográficos – *Zero Hunger*. Constatada simultaneamente a impossibilidade de mudança do ideário econômico e da estrutura sócio-econômica, o gerenciamento de programas sociais compensatórios destina-se a permanecer indefinidamente, não obstante serem acompanhados da rubrica 'emergencial'. No início do ano, a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), ao mencionar positivamente o Fome Zero, legitimaria o governo brasileiro a encabeçar a sua universalização em encontro na Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro último, ao aproveitar-se do ambiente propício gerado pelo programa Metas do Milênio, do qual um dos oito objetivos seria a erradicação até 2015 da pobreza absoluta e da fome.

Na visão do governo, crer-se-ia que o tema chamaria tanto a atenção dos países de 3º Mundo – mais afeitos a ele que à questão de terrorismo e segurança – bem como do 1º – visto ser uma solução paliativa, ao clamar pela constituição da taxa das transações financeiras de paraísos fiscais (0,01%) e das vendas mundiais (cerca de US\$900 bilhões anuais) de armas de grande porte ou ainda da destinação equivalente de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países desenvolvidos. Com tal encaminhamento, não se interferiria diretamente nas mazelas advindas da formulação e posterior aplicação irrestrita de programas de organismos internacionais e das relações político-econômicas rotineiramente desiguais entre países centrais e periféricos.

Embora contasse com 110 países representados, não atrairia a atenção das potências principais, dado que, do 1º Mundo, apenas seis chefes de Estado compareceriam – Espanha, Finlândia, França, Portugal, Suécia e Suíça. Os Estados Unidos representar-se-iam por Ane Veneman, Ministra da Agricultura, que desqualificaria a proposta de criação de um imposto internacional – 'Impossível por ser antidemocrático'.

Por conseguinte, o único galardão obtido advém da condecoração Aliança Internacional Contra a Fome recebida, em outubro, da FAO. Baseado na

experiência da versão nacional, que registra problemas na sua execução, em face de metas estrepitosas, o governo brasileiro deveria por de lado a proposição de objetivos grandiosos e sugerir o cumprimento de parâmetros mais modestos e, desta forma, mais factíveis como a maior participação na própria FAO – visto que seu triênio no conselho da organização

encerra-se em dezembro – ao pleitear, no próximo ano, a sua direção geral ou ainda a sua reestruturação, por exemplo, por meio da ampliação do seu orçamento. Com menos mercadologia e conseqüentemente menos estardalhaço, o país poderia contribuir de modo mais efetivo para minorar os efeitos da desigualdade mundial.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2004 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.